

ração da Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez que o aprovar.

Aprovado em reunião da Câmara Municipal de 14 de Junho de 1999.

Aprovado pela Assembleia Municipal em sessão de 26 de Junho de 1999.

## **CÂMARA MUNICIPAL DE ARRUDA DOS VINHOS**

**Editais n.º 276/99 (2.ª série) — AP.** — Carlos Manuel da Cruz Lourenço, presidente da Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos:

Torna público que a Câmara Municipal em reunião ordinária de 21 de Julho de 1999, após análise do projecto de Regulamento de Cedência e Utilização dos Autocarros Municipais, deliberou aprová-lo, e em conformidade com o disposto no artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo submete à apreciação pública para recolha de sugestões, pelo prazo de 30 dias contados a partir da data da publicação do presente edital no *Diário da República*, 2.ª série.

O projecto de Regulamento acima mencionado encontra-se à disposição do público na Divisão Administrativa e Financeira, durante as horas de expediente, ou seja, das 9 horas às 12 horas e 30 minutos e das 14 às 16 horas e 30 minutos, de segunda-feira a sexta-feira.

Para constar e devidos efeitos se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

22 de Julho de 1999. — O Presidente da Câmara, *Carlos Manuel da Cruz Lourenço*.

### **Projecto de Regulamento de Cedência e Utilização dos Autocarros Municipais**

#### **Preâmbulo**

Face à inexistência de regulamentação sobre cedência e utilização dos autocarros municipais, sentiu a Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos a necessidade de regulamentar sobre esta matéria.

Com base nos poderes que lhe são atribuídos pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e para submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de Março, com a redacção actualizada, elaborou o presente projecto de regulamento que, em cumprimento do disposto no artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, será sujeito a publicação para apreciação pública e recolha de sugestões, que decerto irão surgir e contribuir para o seu enriquecimento e aperfeiçoamento.

#### **Artigo 1.º**

##### **Âmbito**

O presente Regulamento dispõe sobre as condições de cedência e utilização dos autocarros propriedade do município de Arruda dos Vinhos.

#### **Artigo 2.º**

##### **Objecto**

Os autocarros referidos no artigo anterior podem ser cedidos, nas condições definidas no presente Regulamento, às escolas, juntas de freguesia, associações desportivas, culturais e recreativas, instituições de solidariedade social e a outras entidades colectivas, sem fins lucrativos, sediadas na área do município de Arruda dos Vinhos e sempre que da sua utilização resulte benefício para a população.

#### **Artigo 3.º**

##### **Competências**

1 — É competente para decidir dos pedidos de cedência dos autocarros municipais o presidente da Câmara, que, por sua vez, pode delegar esta competência num vereador.

2 — As restantes competências são cometidas à Câmara Municipal.

#### **Artigo 4.º**

##### **Condições de cedência**

1 — O pedido de cedência dos autocarros é dirigido ao presidente da Câmara, em modelo a fornecer pelos serviços, com, pelo menos, 15 dias de antecedência em relação à data pretendida para a sua utilização e nele deve constar:

- a) Identificação, sede e número de contribuinte fiscal do interessado;
- b) O objectivo da deslocação, número de pessoas a transportar, data, hora e local da partida;
- c) O itinerário do percurso e o tempo provável da estada no destino, bem como a hora previsível de chegada;
- d) O responsável pela deslocação e número de telefone para contacto.

2 — Não são considerados os pedidos que excedam a lotação dos autocarros.

3 — A cedência dos autocarros municipais só ocorre quando a lotação for igual ou superior a dois terços da sua lotação, salvaguardando-se os casos especiais, que são analisados casuisticamente.

4 — Em caso de desistência, deve entidade requerente informar imediatamente os serviços municipais, a fim de possibilitar a utilização da viatura por outro interessado não contemplado.

5 — Em casos excepcionais, podem ser considerados pedidos que não respeitem o prazo referido no n.º 1 do presente artigo.

6 — Aos autocarros cedidos não pode ser dada utilização diversa daquela para que forem autorizados.

#### **Artigo 5.º**

##### **Registo**

Os pedidos de cedência dos autocarros são registados nos serviços municipais, por ordem cronológica, e do seu registo devem constar, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) Número e data do registo;
- b) Nome e sede do interessado;
- c) Data e local do destino;
- d) Valor da despesa a pagar e data do seu pagamento ou decisão da sua isenção.

#### **Artigo 6.º**

##### **CrITÉRIOS de cedência**

1 — As iniciativas da Câmara Municipal têm prioridade sobre qualquer outra.

2 — Em caso de acumulação de pedidos para a mesma data e autocarro, é considerado apenas o pedido que der entrada em primeiro lugar.

3 — Os serviços municipais responsáveis pelo registo confirmam as cedências ou informam da sua impossibilidade até ao 8.º dia que antecede a data da sua utilização, salvo nos casos excepcionais previstos no n.º 5 do artigo 4.º

4 — A cedência dos autocarros pode ser anulada, mesmo depois de confirmada, em caso de avaria ou necessidade urgente de utilização pelos serviços municipais.

#### **Artigo 7.º**

##### **Manutenção e responsabilidade**

1 — Salvo em casos excepcionais, devidamente fundamentados, os autocarros municipais são sempre conduzidos por motoristas da Câmara Municipal.

2 — Os motoristas são responsáveis pela limpeza, manutenção e conservação dos veículos, devendo por sua vez exigir dos utentes a sua utilização em boas condições de higiene e limpeza.

3 — Os motoristas ficam obrigados a cumprir e fazer cumprir o horário, itinerário, tempo de estadia e outras condições que lhes forem transmitidas pelos responsáveis do serviço municipal, salvo motivo de força maior devidamente comprovada.

4 — Os utilizadores devem acatar as ordens do motorista.

5 — As entidades requisitantes responsáveis pelos grupos em deslocação respondem pelos danos e prejuízos causados nos autocarros durante o período de cedência, por culpa imputável a qualquer membro do grupo, podendo o município ser indemnizado pelas despesas daí resultantes.

6 — Fica proibido o transporte de qualquer tipo de material susceptível de deteriorar os autocarros ou prejudicar a segurança, em especial, de materiais poluentes, inflamáveis e explosivos.

7 — É expressamente proibido fumar e comer dentro dos autocarros, devendo estes conter no seu interior, em locais bem visíveis, os respectivos sinais de proibição.

#### Artigo 8.º

##### Segurança

1 — Não podem ser transportados quaisquer passageiros que excedam a lotação dos autocarros municipais, de acordo com a legislação em vigor.

2 — Quando se tratar de transporte escolar, os estudantes de idade inferior a 12 anos têm direito a um lugar, mas se no mesmo autocarro seguirem outros estudantes ou crianças menores de 12 anos, a cada dois lugares corresponderão três crianças e a cada três lugares quatro crianças, desde que se trate de bancos sem separação de lugares individuais.

3 — Os autocarros municipais, por cada duas horas de viagem, devem fazer uma paragem de quinze minutos para descanso do motorista e passageiros.

#### Artigo 9.º

##### Encargos

1 — As entidades utilizadoras dos autocarros são responsáveis pelo pagamento do combustível despendido na deslocação, bem como das ajudas de custo e horas extraordinárias do motorista.

2 — Para determinar o combustível consumido, a viatura deve iniciar a viagem com o depósito cheio, voltando a enchê-lo à chegada, dando-se conhecimento dos litros de combustível consumidos à pessoa que, a bordo, represente a entidade utilizadora.

3 — Quando o motorista, durante o percurso, tiver necessidade de reabastecer de combustível, o seu custo é suportado pela entidade utilizadora, sendo reembolsado contra entrega do recibo, nos casos previstos no n.º 6.

4 — As entidades utilizadoras do autocarro devem satisfazer os encargos previstos no n.º 1, nos serviços municipais, nas setenta e duas horas seguintes à recepção da nota de despesa.

5 — Exceptuam-se do disposto nos números anteriores os jardins-de-infância, escolas do 1.º ciclo do ensino básico e educação recorrente e extra-escolar, juntas de freguesia, associações desportivas, culturais e recreativas.

6 — Nos restantes casos, a requerimento que deve constar do pedido indicado no artigo 4.º, pode a Câmara Municipal deliberar participar nas despesas referidas no n.º 1 do presente artigo.

#### Artigo 10.º

##### Sanções

O não cumprimento do presente Regulamento implica a suspensão de futuras cedências até ao limite de dois anos a aplicar pela Câmara Municipal.

#### Artigo 11.º

##### Casos omissos

Os casos omissos são resolvidos pela Câmara Municipal.

#### Artigo 12.º

##### Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor 15 dias após a sua publicação.

### CÂMARA MUNICIPAL DA AZAMBUJA

**Aviso n.º 5831/99 (2.ª série) — AP.** — *Contratação a termo certo.* — Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que foram celebrados entre esta Câmara Municipal e os trabalhadores abaixo descritos contratos de trabalho a termo certo, nos termos do disposto no artigo 18.º do mesmo diploma legal, alterado pelo Decreto-

-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, pelo período de seis meses, nas seguintes categorias:

- a) Paulo Manuel Martins Machado — engenheiro civil de 2.ª classe, com efeitos a partir de 22 de Abril de 1999.
- b) Daniel Gaspar da Costa — engenheiro técnico civil de 2.ª classe, com efeitos a partir de 19 de Abril de 1999.
- c) Carlos Filipe Varela dos Santos Vilela — engenheiro técnico civil de 2.ª classe, com efeitos a partir de 3 de Maio de 1999.

[Contratações isentas de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, de acordo com a alínea f) do n.º 3 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

19 de Julho de 1999. — O Presidente da Câmara, *João Francisco Gomes Benavente*.

### CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS

**Aviso n.º 5832/99 (2.ª série) — AP.** — *Lista de antiguidade dos funcionários.* — Faz-se público que foi afixada nas diversas secções desta Câmara Municipal a lista de antiguidade de todos os funcionários desta autarquia.

25 de Junho de 1999. — O Presidente da Câmara, *Fernando Reis*.

**Aviso n.º 5833/99 (2.ª série) — AP.** — *Torna-se público que foram renovados os contratos com os trabalhadores abaixo indicados, de acordo com o artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho:*

Ajudante de canalizador, com início da renovação em 17 de Agosto de 1999:

Valdemar Avelino Lima Pereira.  
António Manuel Araújo da Silva.  
Luís Miguel Ribeiro Rodrigues.  
Ilídio Fernandes Lopes.

Auxiliar de serviços gerais, com início da renovação em 17 de Agosto de 1999:

Adélio Oliveira Martins.  
Abílio Campinho Ferros.  
Carlos Alberto Magalhães Martins.

Técnico de 2.ª classe, com início da renovação em 17 de Agosto de 1999:

Amélia Maria Gomes Viana.

20 de Julho de 1999. — Pelo Presidente da Câmara, *António Seara*.

### CÂMARA MUNICIPAL DE BEJA

**Aviso n.º 5834/99 (2.ª série) — AP.** — *Cessação de contrato de trabalho.* — Para os devidos efeitos se torna público que acordou esta Câmara Municipal com Maria Helena Brito Franco Fonseca Loução, contratada a termo certo com a categoria de técnica profissional de biblioteca e documentação de 2.ª classe, nos termos dos artigos 7.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 64-A/89, de 27 de Fevereiro, fazer cessar o respectivo contrato de trabalho com efeitos a partir de 1 de Agosto de 1999.

23 de Julho de 1999. — O Presidente da Câmara, *José Manuel C. Carreira Marques*.

### CÂMARA MUNICIPAL DE CARRAZEDA DE ANSIÃES

**Contrato n.º 902/99 — AP.** — *Rescisão.* Eugénio Rodrigo Cardoso de Castro, presidente da Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães:

Torna público que, por despacho do signatário, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a nova adaptação introduzida pelo Decreto-